

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DA BAHIA

(Processo Administrativo nº 23520.007592/2025-83)

TERMO DE REFERÊNCIA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1. 1. Aquisição de materiais de consumo para audiovisual e materiais afins para todas as unidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências.

Nº Item	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID. DE MEDIDA	ÁREA REQUIS.	QTD TOTAL	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	462526	ADAPTADOR Aplicação: Equipamentos Eletrônicos, Conexão: Vga Macho X Hdmi Fêmea. Descrição Complementar - Conexões de entrada: VGA (DB15 macho), USB (para alimentação); - Conexões de saída: HDMI (fêmea); - Resolução de entrada suportada: 800x600, 1024x768, 1280x720, 1280x768, 1280x800, 1280x1024, 1360x768, 1600x1200, 1920x1080; - Resolução de saída suportada: 720p, 1080p; - Compatibilidade de sistemas operacionais: Windows XP/Vista/7/8/10, Mac OS X 10.1 e superior; - Formato de áudio suportado: estéreo; - Alimentação: porta USB (5V); - Compatibilidade com HDCP: sim; - Dimensões: 6,2 x 5,4 x 2,4 cm.	Unidade	CMB	25	R\$ 61,96	R\$ 1.549,00
2	445782	ADAPTADOR Aplicação: Uso Em Vídeo, Características Adicionais: Resolução Mínima: 1080p, Conexão: Hdmi Macho X Vga Fêmea. Descrição Complementar: Conversor Tipo Plug Conversor de Vídeo HDMI Para VGA Saída R / L Plug 5	Unidade	CMB	20	R\$ 55,05	R\$ 1.101,00
3	298623	ADAPTADOR Conector aplicação: conexão teclado, características adicionais: USB/entrada midi in/saída midi out/acessório cabos, tipo conectores: midi/USB, adaptadores p10 fêmea-p2 macho, padrão: midi macho/fêmea (in e out) Descrição complementar: adaptador de áudio P10 (6,35 mm) fêmea para P2 (3,5 mm) macho	Unidade	CMSMV	4	R\$ 24,00	R\$ 96,00
4	453465	ADAPTADOR Conector aplicação: monitor, características adicionais: cabo min. 1,8 m, tipo conectores: displayport/HDMI. Descrição complementar: Adaptador DisplayPort → HDMI -1,8 m	Unidade	CMSMV	2	R\$ 20,89	R\$ 41,78
5	438638	ADAPTADOR Conector aplicação: monitor, características adicionais: cabo min. 15 cm, tipo conectores: VGA fêmea / displayport. Descrição complementar: Tipo de adaptador: DisplayPort (macho) → VGA (fêmea) Comprimento do cabo: 15 cm Compatibilidade: computadores, notebooks, placas de vídeo com DisplayPort; monitores e projetores VGA. converte sinal digital DisplayPort em sinal analógico VGA.	Unidade	CMSMV	2	R\$ 19,00	R\$ 38,00
6	620713	ADAPTADOR Conector aplicação: notebook a monitor, características adicionais: cabo min. 1,8 m, tipo conectores: HDMI macho displayport macho. Descrição complementar: adaptador HDMI macho para DisplayPort	Unidade	CMSMV	1	R\$ 17,90	R\$ 17,90

		macho, com cabo de 1,8 metro , permite conectar notebooks, computadores ou outros dispositivos com saída HDMI a monitores, projetores ou telas que possuem entrada DisplayPort.					
7	435920	ADAPTADOR Conector aplicação: vídeo, características adicionais: pequeno tipo tomada, tipo conectores: HDMI 19 pinos/Vga 15 Pinos. Descrição complementar: Conversor de sinal digital HDMI para VGA com saída de áudio estéreo via P2 3,5 mm. Resolução máxima: 1080p Conexões: HDMI macho, VGA fêmea e P2 para áudio. Material: ABS Aplicação: conversor de sinais digitais para analógicos com áudio integrado, sem necessidade de fonte externa.	Unidade	SACRES	100	R\$ 31,71	R\$ 3.171,00
8	435888	ADAPTADOR Conector aplicação: vídeo, características adicionais: resolução até 1080p/ tamanho min. cabo 15 cm, tipo conectores: HDMI 19 pino fêmea / displayport 20 pinos macho Descrição complementar: Adaptadores com conector HDMI de um lado e DisplayPort do outro, conectores metálicos e cabo flexível 15 cm ou mais. Plugues padrão: HDMI (normalmente 19 pinos) e DisplayPort (20 pinos). Aplicação: conectar dispositivos com saída HDMI a monitores ou projetores DisplayPort, transmitindo áudio e vídeo até 1080p.	Unidade	CMSMV	2	R\$ 20,90	R\$ 41,80
9	486105	BATERIA RECARREGÁVEL aplicação: máquina fotográfica, características adicionais: retangular, modelo: lp-e6, referência: SKU 4132c002, sistema eletroquímico: lithium-ion, tensão nominal: 7.2, vida útil: 3 - 5 anos. Descrição complementar: compatível com as câmeras Canon 70 D, 80 D.	Unidade	CMSMV	3	R\$ 165,00	R\$ 495,00
10	463216	CABO ÁUDIO E VÍDEO aplicação: equipamentos eletrônicos, comprimento: 10 m, conectores: HDMI macho, material cobertura: PVC emborrachado, material condutor: cobre, material conector: ouro 24 quilates, material isolamento condutor: pvc. Descrição complementar: cabo HDMI 2.0, alta velocidade, suporta HDR, 4K Ultra HD, 3D, compatível com versões HDMI 1.0, 1.2, 1.3a cat 2, 1.4 e 2.0, cabo blindado de alta qualidade revestido em PVC.	Unidade	SACRES	5	R\$ 118,49	R\$ 592,45
11	322361	CABO ÁUDIO E VÍDEO , Material Condutor: Cobre; Material Isolamento Condutor: Pvc; Aplicação: Microfone. Acessórios: Conector Xlr; Material Cobertura: Pvc Emborrachado; Comprimento: 10 M. Descrição complementar: Cabo P10 (Macho) e XLR (Fêmea); Diâmetro Nominal 6 MM .	Unidade	CMLEM	2	R\$ 74,04	R\$ 148,08
12	439279	CABO ÁUDIO E VÍDEO conectores: p2 macho x p2 macho, material condutor: cobre, material isolamento condutor: PVC, tipo cabo: áudio. Descrição complementar: Interface: Macho 3,5 mm (P2) x Macho 3,5 mm (P2) Cor: Preto elegante Diâmetro do cabo: 3,5mm Revestimento: PVC + algodão trançado Processo da interface: Banhado a ouro Comprimento: 2 Metros.	Unidade	SACRES (25) CMSMV (8)	33	R\$ 39,90	R\$ 1.316,70
13	448716	CABO EXTENSOR Aplicação: Multimídia, Características Adicionais: Resolução: 480i, 480p, 720p, 1080i e 1080p, Comprimento: 2 m, Tipo: Flexível, Tipo Saída: HDMI Macho X HDMI Macho 19 Pinos. Descrição Complementar: Cabo HDMI De Alta Performance resolução 8K (7680 x 4320px), sendo compatível com padrões 8K/60Hz, 4K/120Hz e Full HD/144H com tamanho de 2 metros.	Unidade	CMB	20	R\$ 83,68	R\$ 1.673,60

14	624097	CABO EXTENSOR Aplicação: Multimídia, Comprimento: 5 m, Material Cobertura: Pvc, Padrão: Usb 3.0, Referência: Superspeed Cirilo, Tipo: Extensor, Tipo Cabo: Hdmi, Tipo Saída: Usb Fêmea. Descrição complementar: O Cabo HDMI Versão 1.4, 3D, com 5 metros de comprimento, qualidade de som e imagem com alta resolução e velocidade e interface multimídia de alta definição. Cabo em PVC flexível, revestido em malha, proteção em nylon, tripla blindagem, formato achatado evitando que o cabo embarace Cabo HDMI 3D Version 1.4. Full HD 1080.	Unidade	CMB	15	R\$ 67,80	R\$ 1.017,00
15	479217	CÂMERA VIDEOCONFERÊNCIA características adicionais: webcam USB com microfone embutido, resolução: 1080 x 1920, tipo lente: foco automático, velocidade transmissão vídeo: 60 FPS. Descrição complementar: resolução Full HD; foco automático, velocidade de transmissão de vídeo até 60 FPS; Frequência: 50Hz, 60Hz Captura de fotos: BMP e JPG Tipo de sensor: CMOS de 2.0 Mega Pixels TWAIN: Compatibilidade com softwares de videoconferência. Sistema VM: Processador 180M/BPM de alta velocidade Compatibilidade: Computadores com sistema Windows e entrada USB 2.0, plug & play sem drivers adicionais. Resolução: 1080 x 1920	Unidade	SACRES	20	R\$ 221,00	R\$ 4.420,00
16	620141	CÂMERA VIDEOCONFERÊNCIA , Resolução 3840 X 2160, Velocidade Transmissão Vídeo 30 Fps, Tipo Lente Foco Automático X. Descrição complementar: Ptz, Microfones Alto Falantes Embutidos – Câmera de Videoconferência 1- compatível com computadores e plataformas de comunicação remota para transmissão de imagem em alta definição, com recursos integrados de áudio e controle de enquadramento. 2. Resolução de Imagem Resolução mínima: 3840 x 2160 pixels (4K Ultra HD). 2.2 Lente e Foco: Tipo de lente: Auto Focus (foco automático). Ajuste automático de nitidez sem intervenção manual. 2.3 Taxa de Quadros (FPS): Transmissão mínima: 30 quadros por segundo (30 fps) em resolução 4K ou inferior. 2.4 Recursos PTZ: Com sistema PTZ (Pan, Tilt e Zoom), controlável manualmente ou remotamente. Movimentação horizontal (pan) e vertical (tilt). Zoom digital ou óptico (mínimo digital). 2.5 Áudio Integrado: Microfone embutido, com captação adequada para uso em salas de reunião. Alto-falantes integrados, com reprodução sonora sem necessidade de equipamento externo. 2.6 Conectividade: Interface de conexão: USB ou superior, compatível com computadores e notebooks atuais. Plug and Play (instalação sem necessidade de drivers dedicados), quando aplicável. 2.7 Compatibilidade: Compatível com principais plataformas de videoconferência (ex.: Zoom, Google Meet, Microsoft Teams, entre outras). 2.8 Alimentação: Alimentação via USB. 2.9 Itens Inclusos: Cabos necessários ao funcionamento. Suporte, base ou acessório que permita instalação estável em mesa ou monitor (quando aplicável). Manual em português ou multilíngue. 3. Conformidade Normativa: O produto deve atender às normas brasileiras aplicáveis, incluindo certificação da Anatel, quando exigido.	Unidade	CEHU	2	R\$ 1.210,00	R\$ 2.420,00

17	258283	CÂMERA WEB Captura Cores: 30 Fps, Características Adicionais: Com Cabos Para Conexão, Compatibilidade: Windows / Linux, Conexão: Via Interface Usb, Controle: 24 Bits, Resolução: 640 X 480, Tamanho Imagem: 640 X 480 Pixels	Unidade	CMBJL	1	R\$ 67,60	R\$ 67,60
18	474995	CÂMERA WEB Captura Cores: 30 Fps, Características Adicionais: Microfone Embutido, Compatibilidade: Windows 10, Conexão: Interface Usb 2.0, Resolução: Full Hd 1080, Tamanho Imagem: 1280 X 720 Pixels. Descrição complementar: Câmera Webcam Full HD - Câmera webcam sofisticada para streaming e videoconferências, com captura de cores a 30 FPS em resolução Full HD 1080p e suporte a 60 FPS em 720p (1280 x 720 pixels). Com Microfone embutido estéreo duplo para som natural, foco automático HD, correção automática de luz para baixa iluminação ou múltiplas telas, campo de visão diagonal de 78°. Conexão e compatibilidade: Interface USB 2.0 plug & play, compatível com Windows 10 e superiores, clipe universal para monitores ou tripé ajustável até 18,5 cm. Recursos adicionais: Zoom digital 1.2x, lente de vidro, tecnologia H.264 para compressão eficiente com menor uso de banda, ideal para transmissões sem atrasos ou distorções. Suporta gravação e streaming vibrantes com detalhes nítidos, microfones omnidirecionais com alcance até 1 m.	Unidade	SACRES	7	R\$ 709,75	R\$ 4.968,25
19	427776	CIRCUITO INTEGRADO Aplicação: Montagem Circuito Eletrônico, Referência 3: Raspberry Pi, Tensão Alimentação: 5 V, Tipo: Microcontrolador	Unidade	CMBJL	1	R\$ 639,50	R\$ 639,50
20	450278	CONJUNTO ILUMINAÇÃO características adicionais: tripé de iluminação modelo girafa, potência lâmpada: 500 W, tipo: estúdio fotográfico, tipo lâmpada: led. Descrição complementar: Kit completo de estúdio tripé, cabeça girafa, painel/lâmpada, difusor prontos para uso em estúdio ou espaço de gravação. Com diversas posições de iluminação (luz de topo, lateral, baixa), variação 1,0–1,3 m até 2,8–3,8 m, capacidade de carga (peso suportado) 5 kg até ~10–15 kg Tipo de montagem / rosca padrão — espigão com rosca de 5/8", e adaptadores para 1/4" ou 3/8", compatível com a maioria de flashes, painéis LED, refletores, softboxes. Material: Alumínio ou aço inox, com contrapeso ou pés com borracha para maior firmeza. Compatibilidade com acessórios diversos softbox, LED, guarda-chuva, refletores, flashes, painéis, microfones. Iluminadores LED / softbox - Brilho / saída de luz real . Índice de reprodução de cor (CRI / TLCI / SSI) - CRI ≥ 95–97. Temperatura de cor e possibilidade de ajuste (bi-color) - faixa ~2700 K até ~5500-6500 K. Softbox ou difusor incluído, Dimerização / controle de intensidade.	Unidade	CMSMV	1	R\$ 780,00	R\$ 780,00
21	463982	CONJUNTO INSTRUÇÃO Componentes: Kit V8 (Iniciante) E Kit V4 (Avançado) Arduíno, Finalidade: Aulas Práticas De Prototitagem Arduino, Tipo: Kit Para Aulas Práticas	Unidade	CMBJL	1	R\$ 735,68	R\$ 735,68
22	434666	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA Copiadora capacidade: carretel contendo 1 kg de filamento, características adicionais: espessura: 3mm, dimensão: 3.0mm +/- 0.10mm, componentes: filamento, referência 1: roundness (ovalização): 3,00mm +/- 0,08 mm, tipo: original, tipo impressora: 3D	Rolo de 1 quilogram a	PROGRAD	10	R\$ 119,46	R\$ 1.194,60

23	440048	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA Copiadora características adicionais: espessura: 1,75 mm, componentes: filamento ABS, tipo: original, tipo impressora: 3d. Descrição complementar: Filamento ABS Branco Dental Premium 1kg - 1.75 mm para Impressora 3D.	Unidade	CCET	4	R\$ 103,00	R\$ 412,00
24	440048	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA / Copiadora características adicionais: espessura: 1,75 mm, componentes: filamento ABS, tipo: original, tipo impressora: 3d. Descrição complementar: Filamento ABS Cinza Claro Premium 1kg - 1.75mm para Impressora 3D	Unidade	CCET	4	R\$ 99,00	R\$ 396,00
25	440048	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA / Copiadora características adicionais: espessura: 1,75 mm, componentes: filamento ABS, tipo: original, tipo impressora: 3d. Descrição complementar: Filamento ABS Vermelho 1kg - 1.75 Mm para Impressora 3D	Unidade	CCET	4	R\$ 92,90	R\$ 371,60
26	440048	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA / Copiadora características adicionais: espessura: 1,75 mm, componentes: filamento ABS, tipo: original, tipo impressora: 3d. Descrição complementar: Filamento Abs Natural 1.75mm Quantidade de 1kg por rolo de filamento. Temperatura de impressão entre 220- 245°C. (tolerância de +/- 0,05 mm).	Unidade	CCET	4	R\$ 82,00	R\$ 328,00
27	467595	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA / Copiadora características adicionais: espessura: 1,75 mm, componentes: filamento Petg, tipo: original, tipo impressora: 3d. Descrição complementar: Filamento PETG	Rolo de 1 quilograma	CCET	15	R\$ 154,90	R\$ 2.323,50
28	467595	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA / Copiadora características adicionais: espessura: 1,75 mm, componentes: filamento Petg, tipo: original, tipo impressora: 3d. Descrição complementar: FILAMENTO PETG PRETO / BRANCO 1.75MM Quantidade de 1kg por rolo de filamento. Temperatura de impressão entre 220- 250°C. (tolerância de +/- 0,05 mm).	Unidade	CCET	4	R\$ 118,26	R\$ 473,04
29	440049	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA / Copiadora características adicionais: espessura: 1,75 mm, componentes: filamento PLA, tipo: original, tipo impressora: 3d. Descrição complementar: FILAMENTO PLA PRETO / BRANCO 1.75MM Quantidade de 1kg por rolo de filamento. Temperatura de impressão entre 220- 230°C. (tolerância de +/- 0,05 mm).	Unidade	CCET	4	R\$ 109,90	R\$ 439,60
30	482408	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA / Copiadora características adicionais: transparente, componentes: filamento ABS, tipo: filamento, tipo impressora: 3d. Descrição complementar: Filamento ABS	Rolo de 1 quilograma	CCET	10	R\$ 77,99	R\$ 779,90
31	482408	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA / Copiadora características adicionais: transparente, componentes: filamento ABS, tipo: filamento, tipo impressora: 3d. Descrição complementar: Filamento ABS Preto 1kg - 1.75Mm para Impressora 3D	Unidade	CCET	4	R\$ 104,90	R\$ 419,60
32	482409	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA / Copiadora características adicionais: transparente, componentes: filamento HIPS, tipo: filamento, tipo impressora: 3d. Descrição complementar: Filamento Flexível	Rolo de 1 quilograma	CCET	10	R\$ 177,35	R\$ 1.773,50
33	482407	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA / Copiadora características adicionais: transparente, componentes: filamento PLA, tipo: filamento, tipo impressora: 3d. Descrição complementar: Filamento PLA	Rolo de 1 quilograma	CCET	15	R\$ 104,18	R\$ 1.562,70

34	482407	CONJUNTO MANUTENÇÃO IMPRESSORA / Copiadora características adicionais: transparente, componentes: filamento PLA, tipo: filamento, tipo impressora: 3d.	Rolo de 1 quilograma	CCET	10	R\$ 101,00	R\$ 1.010,00
35	473407	FILTRO LINHA Características Adicionais: Chave Liga/Desliga, Fusível 7A, Quantidade Saída: 6 Tomadas Mod.Universal, Tensão Alimentação: 110/220 V. Descrição Complementar: Dupla proteção: fusível contra curto-circuito e sobrecarga, e varistor contra surtos de tensão;- Cabo de 1,5 metro: maior distância para ligar os equipamentos; - 100 a 240 Vac bivolt automático – 50/60 Hz; - Capacidade de absorção de energia em caso de surtos elétricos: 125 joules; - Corrente máxima de operação: 10 ampères; - Potência máxima de operação: 1.270 W (127 volts) e 2.200 W (220 volts).	Unidade	CMB	25	R\$ 80,98	R\$ 2.024,50
36	620179	FONE OUVIDO acessórios: cabo para carregamento 1,5 m, adaptador USB-A, alcance: 30 m, características adicionais: almofadas com espuma, redução de ruídos, conector: USB, frequência: 20 hz – 20 KHZ , sensibilidade: - 40 db, tipo: headset, tipo fone: estéreo, sem fio. Descrição complementar: Tipo de conexão sem fio Bluetooth.	Unidade	CMLEM (3) PROAE (5)	8	R\$ 202,45	R\$ 1.619,60
37	620512	FONE OUVIDO acoplamento auricular: sobre as orelhas, aplicação: computador, características adicionais: microfone e aro ajustável, comprimento fio: 1,80 m, conector: USB 2.0, cor: preta, tipo: Headset, tipo fone: arco, tipo microfone: unidirecional. Descrição complementar: Headset com acoplamento sobre as orelhas (over-ear), com microfone unidirecional destacável, aro ajustável e isolamento de som. Conector P2 (jack 3,5 mm) com fio de 1,2 m (aproximadamente 1,80 m em alguns modelos), cor preta, almofadas com espuma de memória e tecido respirável para conforto prolongado. Audio: Drivers dinâmicos de 40 mm, resposta de frequência 20 Hz a 20 kHz, sensibilidade 96 dB SPL @1 kHz / 1 mW, impedância 32 Ohm, potência máxima de entrada 20 mW, compatível com som espacial Windows Sonic. Microfone e compatibilidade: Microfone boom removível direcional, resposta de frequência 100 Hz a 10 kHz, sensibilidade -42 dBV @1 kHz / Pa; compatível com PCs Windows 10, consoles, smartphones e tablets.	Unidade	SACRES	5	R\$ 175,50	R\$ 877,50
38	604459	FONE OUVIDO alcance: 2 m, aplicação: monitoração de áudio, comprimento fio: 2 m, conector: p2, cor: preta, distorção harmônica total: <0,1 PER, frequência: 20 hz a 20 khz, impedância: 32 OHMS, potência: 500 MW, sensibilidade: 108 DB, tipo: headband, tipo cabo: stereo, tipo fone: dinâmico, fechado. Descrição complementar: Fone de ouvido over-ear (headband fechado dinâmico) para monitoração de áudio, com Bluetooth 5.4, ANC híbrido até -44 dB, drivers de 40 mm revestidos em titânio e certificação Hi-Res Audio. Conectividade e bateria: Alcance Bluetooth de 10 m, protocolos A2DP/AVRCP/HFP, codecs AAC/SBC; reprodução de até 45 horas (ANC off) ou 26 horas (ANC on), carregamento USB-C (5V/1A), modo com fio via USB-C, latência baixa de 0,06 s para games. Audio: Resposta de frequência 20 Hz–40 kHz (cabo) ou 20 Hz–20 kHz (Bluetooth), impedância 32 Ω, sensibilidade 91+3 dB, distorção harmônica total <0,1%, potência 500 mW; microfone IA para chamadas nítidas. Cor preta, dobrável (aprox.165 x 135 x 85 mm); cabo de áudio estéreo P2 de 2 m opcional,e almofadas.	Unidade	SACRES	20	R\$ 392,00	R\$ 7.840,00

39	603500	FONE OUVIDO aplicação: computador, características adicionais: microfone e aro ajustável, comprimento fio: mínimo 1,5 m, conector: p3, cor: preta, impedância: 32 OHM, tipo: headset, tipo fone: biauricular. Descrição complementar: Fone Headset. Resposta de frequência: 20 Hz a 20 kHz , Potência máx. de entrada: 20 mW, Sensibilidade: 96 dB SPL @1 kHz / 1 mW, Impedância: 32 Ohm, Resposta de frequência do microfone: 100 Hz a 10 kHz, Sensibilidade do microfone: -42 dBV @ 1 kHz / Pa, Tipo de microfone: Boom, removível, Padrão de captação do microfone: Direcional, Tamanho do driver: drivers dinâmicos de 40 mm, Comprimento do cabo: 1,2 m	Unidade	CMB	20	R\$ 229,00	R\$ 4.580,00
40	486345	FONTE ALIMENTAÇÃO aplicação: Raspberry pi, compatibilidade: usb-c, corrente alimentação: 55 a 110 Ma, corrente saída: 3 A, quantidade conexão alimentação: 1, tensão alimentação: 120 a 230 V, tensão saída: 5 Vcc	Unidade	CMBJL	1	R\$ 81,94	R\$ 81,94
41	622305	FONTE ALIMENTAÇÃO aplicação: transceptor de HF, corrente saída: 12 A, frequência saída: 50- 60 Hz, tensão alimentação: 110 / 220 V. Descrição complementar: Aplicação: Transceptores de HF;Corrente de saída: 12 A; Frequência de entrada: 50–60 Hz; Tensão de alimentação: 110/220 V AC; Tensão de saída: 13,8 V DC (típico para equipamento de rádio). Proteções: contra sobrecarga, curto-circuito e superaquecimento Formato e construção: compacta e robusta, ideal para uso em estação de rádio fixa ou portátil.	Unidade	CMSMV	2	R\$ 46,15	R\$ 92,30
42	385479	MEMÓRIA EM CARTÃO MAGNÉTICO aplicação: armazenar fotos, imagens e dados, capacidade memória: 32 Gb, tipo cartão: Sdhc	Unidade	CMBJL	1	R\$ 60,55	R\$ 60,55
43	625973	MEMÓRIA EM CARTÃO MAGNÉTICO capacidade memória: 64 gb, características adicionais: interface: UHS-i, classe de velocidade: velocidade de leitura 80 mb/s, tipo cartão: micro Sdxc. Descrição complementar: armazenamento de fotos e vídeos.	Unidade	CMSMV	6	R\$ 71,32	R\$ 427,92
44	455714	PLACA CONTROLADORA barramento: 32-bits, características adicionais: sistema embarcado programável, tecnologia: processador ARM cortex-m4.	Unidade	CMBJL	6	R\$ 224,99	R\$ 1.349,94
45	414656	PLACA CONTROLADORA componentes: fonte alimentação externa e conexão USB, conectores: 14 pinos i/o digitais e 6 pinos analógicos, padrão interface: arduino duemilanove, processador: atmega 328.	Unidade	CMBJL	4	R\$ 43,00	R\$ 172,00
46	474886	PLACA MONTAGEM CIRCUITO ELETRÔNICO aplicação: práticas eletrônicas, bitola fio: de 0,3 a 0,8 mm, características adicionais: com identificador de linhas e colunas, dimensões: 165x57x10 mm, quantidade furos: 830 Un, tensão máxima: 500 V, tipo: protoboard.	Unidade	CMBJL	4	R\$ 11,08	R\$ 44,31
47	398402	PLUG ÁUDIO Material: Ferro, Modelo: Canon Macho, Tipo: XLR Macho. Descrição complementar: Conector XLR Canon macho tipo Q-12, robusto para aplicações profissionais em áudio, microfones e iluminação, com corpo metálico niquelado e trava interna em ABS para maior durabilidade e proteção do cabo . Material ferro/metálico com revestimento niquelado e pintura eletrostática; 3 pinos mais terra; ângulo de 180°; mola de borracha para proteção; cor niquelada. Tamanho aproximado: 10 cm x 2 cm x 2 cm.	Unidade	SACRES	100	R\$ 14,55	R\$ 1.455,00

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do recebimento da Nota de Empenho, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.6. Especificações do objeto:
 - 1.6.1 Em caso de divergência entre as descrições e especificações do CATMAT e deste Termo de Referência, prevalecem as do último.
 - 1.6.2 A contratada deverá ter ciência de que nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, insumo, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais, de transporte, importação, seguro, taxas alfandegárias e armazenamento e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente no fornecimento dos materiais.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, conforme detalhamento a seguir:
 - I) ID PCA no PNCP: 18641263000145-0-000001/2025;
 - II) Data de publicação no PNCP: 10/05/2024;
 - III) Id do item no PCA: 2274 a 2827;
 - IV) Classe/Grupo: 5836 Equipamentos Para Gravação E Reprodução De Vídeo; 5915 Filtros E Redes; 5935 Adaptador; 5962 Circuito Integrado; 5965 Fones, Microfones E Alto-Falantes; 5995 Cabo Extensor; 5998 Placa Montagem Circuito Eletrônico; 6130 Conversores Elétricos Estáticos; 6140 Baterias Recarregáveis; 6145 Fios E Cabos Elétricos; 6760 Equipamento Fotográfico E Acessórios; 6910 Acessórios Para Treinamento; 7060 Peças E Acessórios Para Computadores; 7070 Peças E Acessórios Para Impressoras.
 - V) Identificador da Futura Contratação: 158717-123/2025.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Requisitos quanto aos produtos

- 4.1. O fornecimento dos itens deve atender integralmente às especificações técnicas previstas neste instrumento, sendo acondicionados em suas embalagens originais, lacradas e apropriadas para o armazenamento, com a sua identificação, fazendo constar sua descrição e incluindo, quando cabíveis: marca, fabricante, garantia, validade e outras especificações (INMetro, Anvisa, dentre outras);
- 4.2. Os produtos (quando couber) deverão ser entregues com prazo de validade não inferior a 02 (dois) anos ou não inferior a dois terços do prazo total recomendado pelo fabricante, contado da data de sua fabricação, que deverá constar na embalagem original do produto, sem violação.

- 4.3. Na execução da entrega, devem estar acondicionados e embalados adequadamente, respeitando condições de temperatura conforme recomendações do fabricante.
- 4.4. Os itens devem ser entregues em perfeitas condições e conforme especificações constantes no termo de referência, acompanhado da nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de validade.

Sustentabilidade

- 4.5. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.5.1 Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

4.5.2 Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

4.5.3 Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.5.4 Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.5.5 A contratação deverá atender a critérios de sustentabilidade ambiental que a legislação determinar, a exemplo da IN nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI/MPOG, no que couber, ou prover alternativas para verificação de sua aplicabilidade.

4.5.6 O Plano de Logística Sustentável da Universidade Federal do Oeste da Bahia foi aprovado pelo ato decisório CGAG/CONSUNI/UFOB nº. 42, de 09 de setembro de 2024, e seus termos foram considerados para determinar os requisitos desta contratação. (link: https://ufob.edu.br/a-ufob/instrumentos-normativos/atos-decisorios/2024/cgag/copy3_of_ATODECISRIOCGAG0422024AprovaoplanodeGestodeLogsticaSustentavelPLSdaUFOBProc.23520.012005202314.pdf).

- 4.6. Ademais, o aspecto ambiental não deve ser condição de habilitação do certame, mas sim, observado na correta e motivada especificação do objeto, sendo que tais critérios devem se harmonizar com o objeto licitado e não devem prejudicar a obtenção da proposta mais vantajosa nem restringir o caráter competitivo do certame.

Indicação de marcas ou modelos

- 4.7. Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas abaixo:

4.7.1 As indicações de referência enquadram-se no art. 41, inciso I, alínea D da Lei nº 14133/2021, e visam descrever o objeto de modo mais preciso, por meio da identificação de determinado modelo, apto apenas a servir como referência, e devido a compatibilidade de marcas de aparelhos já em uso pela contratante.

4.7.1.1. Item 9 - Bateria recarregável - Compatível com câmeras Canon 70 D, 80 D;

- 4.8. Item 47 - Plug de áudio - Compatível com a marca Canon.

Subcontratação

- 4.9. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.10. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Margem de Preferência:

- 4.11. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência normal de 10% (dez por cento) e adicional de 10% (dez por cento), prevista no Decreto n.º 11.890, de 22 de janeiro de 2024, conforme disposto na Resolução n.º SEGES/CICS-MGI nº 8, de 31 de março de 2025 da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por se tratar de **bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras. OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].**

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da notificação e entrega da Nota de Empenho, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

Itens	Local de entrega
1, 2, 13, 14, 35 e 39	Universidade Federal do Oeste da Bahia, CMB- Centro Multidisciplinar de Barra , Avenida 23 de agosto, 860, Bairro Assunção, CEP 47.100-000, Barra, Bahia.
17, 19, 21, 40, 42, 44, 45 e 46	Universidade Federal do Oeste da Bahia, CMBJL- Centro Multidisciplinar de Bom Jesus da Lapa , Avenida Manoel Novaes, 1064, Bairro Centro, CEP 47600-000, Bom Jesus da Lapa, Bahia.
11, e 36	Universidade Federal do Oeste da Bahia, CMLEM- Centro Multidisciplinar de Luís Eduardo Magalhães, Rua Itabuna, 1278, Bairro Santa Cruz, CEP 47.850-000, Luís Eduardo Magalhães, Bahia.
7, 10, 12, 15, 16, 18, 23 a 34, 37, 38 e 47	Universidade Federal do Oeste da Bahia, Campus Reitor Edgard Santos, Rua da Prainha, 1326, Bairro Morada Nobre, CEP 47810-047, Barreiras , Bahia. SACRES-Superintendência Admin. do Campus Reitor Edgard Santos; CCET - Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas; CEHU - Centro de Humanidades.
3, 4, 5, 6, 8, 9, 12, 20, 41 e 43	Universidade Federal do Oeste da Bahia, CMSMV- Centro Multidisciplinar de Santa Maria da Vitória , Praça Argemiro Filardi, s/n, Bairro Sambaíba, CEP 47640-000, Santa Maria da Vitória, Bahia.
22, 36	Universidade Federal do Oeste da Bahia, Administração Central (Reitoria), Rua Professor José Seabra de Lemos, 316, Bairro Recanto dos Pássaros, CEP 47808-021, Barreiras , Bahia. PROAE- Pró-Reitoria de Ações Afirmativas e Assuntos Educacionais; PROGRAD- Pró-Reitoria de Graduação.

Garantia, manutenção e assistência técnica

- 5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) ou o prazo estabelecido pelo fornecedor quando este for maior que o previsto na referida lei.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6. 1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
6. 2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
6. 3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
6. 4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6. 6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6. 7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
6. 8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
6. 9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
6. 10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
6. 11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
6. 12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6. 13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
6. 14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
6. 15. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6. 16. Cabe ao gestor do contrato:

- 6.16.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 6.16.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 6.16.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 6.16.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 6.16.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 6.16.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.
- 6.16.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7. 1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias.

7.2.4.2. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7. 3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7. 4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7. 5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7. 6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7. 7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos

do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2 as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4 os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
 - 8.12.1 o prazo de validade;
 - 8.12.2 a data da emissão;
 - 8.12.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4 o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5 o valor a pagar; e
 - 8.12.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado

providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
 - 8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.
- 8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.
- 8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE de correção monetária.

Forma de pagamento

- 8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.
- 8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

- 8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

- 8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.
- 8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.
- 8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.
- 8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.
- 8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.
- 8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

- 8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado 25/11/2025.
- 8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

- 8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por item.

Forma de fornecimento

- 9.2. O fornecimento do objeto será integral.

Critérios de aceitabilidade de preços

- 9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital **OU** tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

- 9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 9.5. ~~pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;~~
- 9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9. 13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9. 14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
9. 15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
9. 16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
9. 17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
9. 18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
9. 19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
9. 20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
9. 21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9. 22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

Disposições gerais sobre habilitação

9. 23. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.
9. 24. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.
9. 25. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
9. 26. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para

atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9. 27. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 57.439,95 (cinquenta e sete mil, quatrocentos e trinta e nove reais e noventa e cinco centavos) conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.
- 10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
- 10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
 - 10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. *A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.*

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas

Barreiras/BA, 26 de janeiro de 2026.

AILTON BORGES RODRIGUES GABRIEL
Membro da comissão de contratação

ARIELE DOS SANTOS SANTIAGO DE BRITO
Membro da comissão de contratação

BRUNO ROBERTO GARCIA
Membro da comissão de contratação

CHARLES BISPO FERREIRA
Membro da comissão de contratação

EDWARD FERRAZ DE ALMEIDA JUNIOR
Membro da comissão de contratação

GÉDSON DE NOVAES CARNEIRO
Membro da comissão de contratação

HALINE ARAUJO DOS SANTOS
Membro da comissão de contratação

JARBAS REIS DA PAZ
Membro da comissão de contratação

JEZIEL DE SOUZA REIS
Membro da comissão de contratação

MARIANA DE AZEVEDO PINTO
Membro da comissão de contratação

MARLUCE MAGALHAES CHAGAS PINTO
Membro da comissão de contratação

MURILO MARCOS SILVA DA ROCHA
Membro da comissão de contratação

RAFAEL RODRIGUES DUQUE
Membro da comissão de contratação

ANEXO I
Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 10 (dez) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato (Nota de Empenho), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
- 1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 3.1. São obrigações do Contratante:
- 3.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
 - 3.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
 - 3.1.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
 - 3.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
 - 3.1.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
 - 3.1.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
 - 3.1.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
 - 3.1.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1 Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;

4.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3 Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

4.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

~~4.1.9 Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.~~

4.1.10 ~~Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.~~

4.1.11 Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;

4.1.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante.

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1 ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2 poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.4.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.4.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.5.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.5.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.5.3 Indenizações e multas.

5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou

entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

7. ALTERAÇÕES

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal da Subseção Judiciária de Barreiras - Seção Judiciária da Bahia para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

ANEXO II
TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão nº 90010/2026, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)